



MUNICÍPIO DE IBIRUBÁ



**ASSESSORIA JURÍDICA
PARECER N.º 068/2020**

PROCESSO N.º 041-2020

CONTRATAÇÃO, EM CARÁTER EMERGENCIAL, DE PROFISSIONAIS DA ÁREA DA SAÚDE (ENFERMEIRO(A) E TÉCNICO(A) DE ENFERMAGEM) COM FINS A SUPRIR A DEMANDA DE ATENDIMENTOS DURANTE A SITUAÇÃO DE CALAMIDADE PÚBLICA DECORRENTE DA PANDEMIA DO CORONAVÍRUS (SARS-COV 2). DISPENSA DE LICITAÇÃO. POSSIBILIDADE.

O Sr. Secretário da Administração e Planejamento encaminhou a esta Assessoria, na data de 25 de março de 2020, o Processo n.º 041-2020, solicitando PARECER referente à **CONTRATAÇÃO, EM CARÁTER EMERGENCIAL, DE PROFISSIONAIS DA ÁREA DA SAÚDE (ENFERMEIRO(A) E TÉCNICO(A) DE ENFERMAGEM) COM FINS A SUPRIR A DEMANDA DE ATENDIMENTOS DURANTE A SITUAÇÃO DE CALAMIDADE PÚBLICA DECORRENTE DA PANDEMIA DO CORONAVÍRUS (SARS-COV 2)**, indagando sobre a possibilidade de contratação com Dispensa de Licitação.

A solicitação decorre do Memorando Interno da Secretaria da Saúde n.º 559/2020 SS/AB, datado de 23/03/2020, encaminhado à Secretaria da Administração e Planejamento, dando conta da necessidade de contratação.

Não foram apresentadas propostas de valores tendo em vista o caráter emergencial da contratação e a dificuldade de encontrar profissionais disponíveis. Entretanto, os valores a serem pagos pelo Município respeitam a remuneração regularmente paga aos profissionais servidores públicos.



MUNICÍPIO DE IBIRUBÁ



Analisando o caso concreto, entendemos se tratar da hipótese de **DISPENSA DE LICITAÇÃO**, com base no artigo 24, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666/93, tendo em vista tratar-se de contratação decorrente de situação de calamidade pública decorrente da pandemia de coronavírus reconhecida mundialmente.

Salienta-se ainda, a decisão e autorização do Comitê de Combate ao Coronavírus, instituída pelo Decreto Municipal nº 4.423/2020, de 17/03/2020, no sentido de ser realizada a contratação, pela necessidade explicitada pela Secretaria da Saúde.

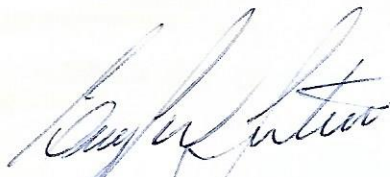
Consta dos Autos a devida consulta e reserva de dotação orçamentária para a contratação, havendo recursos disponíveis vinculados à Ação 2133 (Estratégia de Saúde da Família) e 2132 (Atendimento à Saúde – Atenção Básica), Despesa 3.3.90.36 (Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física), Recurso 40 (Ações e Serviços públicos de Saúde – ASPS-40).

Analisada a documentação dos profissionais a serem contratados, presente nos Autos, percebe-se que estão de acordo com as exigências legais preconizadas ao momento enfrentado.

Pelo exposto, no entender desta Assessoria, **NÃO HÁ ÓBICE À DISPENSA DE LICITAÇÃO** para a contratação dos Profissionais com fins à prestação dos serviços em caráter emergencial.

Este é, salvo o melhor juízo, o **PARECER** que submetemos à consideração superior.

Ibirubá-RS, 26 de março de 2020.


Lúcio Felipe Witzrich Galvães
Assessor Jurídico
OAB-RS nº 66.826